

ELEIÇÕES 2026

Pedro Taques anuncia retorno à política, aceita convite para disputar o Senado e faz críticas à atual gestão estadual



DR. Pedro Taques

PÁG. 05

Senador Jayme Campos diz que político de MT declarou patrimônio de R\$ 3,6 bilhões e cobra explicações sobre origem



Senador Jayme Campos

PG. 03

CONTRATO SUSPEITO

CONTRATO DE QUASE R\$ 12 MILHÕES PARA GESTÃO DA UPA DE POCONÉ



PG. 06 e 07

INVESTIGAÇÃO ESPECIAL

SÉRIE ESPECIAL VAI COMPARAR VALORES DE EMENDAS



PG. 12

INSTITUTO SUSPEITO

CONTRATO COM INSTITUTO LAVADEIRA DE VÁRZEA GRANDE

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de atendimento médico especializado, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS, visando atender ao Programa Fila Zero do Governo do Estado de Mato Grosso, através de emenda parlamentar com Termo de Compromisso nº 236/2025, com foco no atendimento descentralizado nas comunidades rurais do município, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total do presente contrato será de R\$ 1.718.235,00 (um milhão e setecentos mil reais), composto conforme o quadro abaixo:

ESPECIALIDADE MÉDICA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Pediatria	1000	R\$ 196,00	R\$ 196.000,00
Ortopedia	1000	R\$ 179,85	R\$ 179.850,00
Cardiologia	1000	R\$ 188,83	R\$ 188.830,00
Cardiologia	1000	R\$ 190,50	R\$ 190.500,00
Psiquiatria	1000	R\$ 172,75	R\$ 172.750,00
Cirurgia Geral	1000	R\$ 182,20	R\$ 182.200,00
Oftalmologia	1000	R\$ 180,00	R\$ 180.000,00
Urologia	450	R\$ 208,00	R\$ 93.600,00
Oncologia	450	R\$ 309,00	R\$ 139.050,00
TOTAL			R\$ 1.718.235,00

RESOLUÇÃO MUNICIPAL DE NÚMERO 001/2025
Ass. Vereador: [Assinatura] - [Nome] - [Cargo] - [Data]

PG. 04

POLÍCIA / SUPOSTA ARMAÇÃO

Advogado alvo de operação é acionado na OAB por suspeita de falsa denúncia contra delegado

Adenir Pinto da Silva foi alvo de Operação da Polícia Civil e teria feito acusações falsas contra delegado na Corregedoria

A 1ª Delegacia de Polícia de Barra do Garças encaminhou à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Subseção de Barra do Garças uma representação contra o advogado Adenir Pinto da Silva, investigado na Operação Cenário Montado. A medida foi adotada após a Corregedoria-Geral da Polícia Civil concluir uma Verificação Preliminar e arquivar representações apresentadas pelo advogado contra um delegado responsável pelas investigações. Segundo a Polícia Civil, há indícios de que Adenir possa ter cometido infrações ético-disciplinares e apresentado acusações falsas contra a autoridade policial. A representação pede que a OAB avalie eventual violação ao Estatuto da Advocacia e ao Código de Ética da profissão. Além do procedimento disciplinar, a 1ª Delegacia informou ter solicitado ao delegado regional de Barra do Garças, Wylyney Santana Borges, a instauração de investigação para apurar a possível prática do crime de denúncia caluniosa e de outras infrações penais eventualmente relacionadas.

A apuração deverá verificar se as acusações formuladas pelo advogado contra o delegado possuem fundamento ou se foram apresentadas de forma deliberadamente falsa.

Em nota, a Polícia Civil ressaltou que as medidas adotadas não representam antecipação de culpa e que qualquer responsabilização dependerá da conclusão das investigações e das decisões das autoridades competentes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

A corporação também informou que permanecem em vigor todas as medidas cautelares determinadas pela Justiça no âmbito da Operação Cenário Montado, entre elas a suspensão das atividades das empresas investigadas, restrições patrimoniais e bloqueio de bens.

Adenir Pinto da Silva continua respondendo à ação penal proposta pelo Ministério Público, que segue em tramitação no Poder Judiciário.

Operação Cenário Montado

Deflagrada pela Polícia Civil, a Operação Cenário Montado investiga uma suposta organização criminosa especializada em fraudar licitações públicas, principalmente no setor de eventos, em municípios de Mato Grosso e Goiás.

De acordo com a decisão da 2ª Vara Criminal de Barra do Garças, o grupo teria direcionado processos licitatórios, utilizado empresas de fachada, simulado concorrência e executado contratos de forma fictícia, com superfaturamento que chegaria a 372,09% em estruturas como palcos, iluminação, geradores e painéis de LED.

Com base nos indícios reunidos durante a investigação, a Justiça autorizou prisões preventivas, mandados de busca e apreensão, quebras de sigilo, suspensão das atividades das empresas investigadas e bloqueio de mais de R\$ 4,2 milhões.

Segundo a decisão judicial, Adenir Pinto da Silva é apontado como líder do suposto esquema.



O documento afirma que ele teria coordenado as fraudes, pressionado servidores públicos e mantido a atuação do grupo mesmo após restrições impostas pela Justiça.

Também foram citados na investigação Paulo Henrique de Freitas Pinto, Lucimar Teixeira da Silva, Tayara Félix Alves Cardoso, Rodrigo Mendes Moreira e os servidores públicos Luciana

Costa da Silva e Elcio Mendes da Silva, apontados pela investigação como participantes da suposta organização criminosa, cada um com funções específicas na execução das fraudes e na liberação de recursos públicos.

Todos os investigados respondem ao processo e têm garantidos os direitos ao contraditório e à ampla defesa.

EXPEDIENTE

BRASIL NOTÍCIAS

Cristina Moraes | REGISTRO PROFISSIONAL- 3662/ MT | 61 - 98106-8070

CNPJ: 61.298.229/0002-20 | C.Campos Moraes LTDA | Rua Oslo,24 | Jardim Tropical

POLÍTICA

Jayme Campos diz que político de MT declarou patrimônio de R\$ 3,6 bilhões e cobra explicações sobre origem da fortuna

Jayme afirmou conhecer casos de políticos que ingressaram na vida pública “quebrados e falidos”

Durante entrevista à Jovem Pan, o pré-candidato ao Governo Jayme Campos fez um contundente ataque ao enriquecimento de agentes públicos e afirmou que um político de Mato Grosso teria declarado patrimônio superior a R\$ 3,6 bilhões junto à Receita Federal e à Junta Comercial.

Sem revelar a identidade do citado, Jayme afirmou conhecer casos de políticos que ingressaram na vida pública “quebrados e falidos” e, anos depois, passaram a ostentar fortunas bilionárias. Segundo ele, a sociedade tem o direito de saber como esse patrimônio foi constituído.

“Tem político aí com mais de R\$ 3,6 bilhões declarados. Só tem que mostrar para o povo de Mato Grosso de onde veio esse dinheiro”, declarou o Senador.

O ex-governador afirmou ainda que, caso seja eleito Governador do Estado, pretende aprofundar as investigações sobre o assunto e cobrar esclarecimentos.

“Se eu ganhar a eleição, vou passar isso a limpo.”

Apesar da gravidade das declarações, Jayme Campos não apresentou documentos ou provas durante a entrevista que comprovem a existência da declaração patrimonial mencionada, tampouco identificou o agente público ao qual se referia.

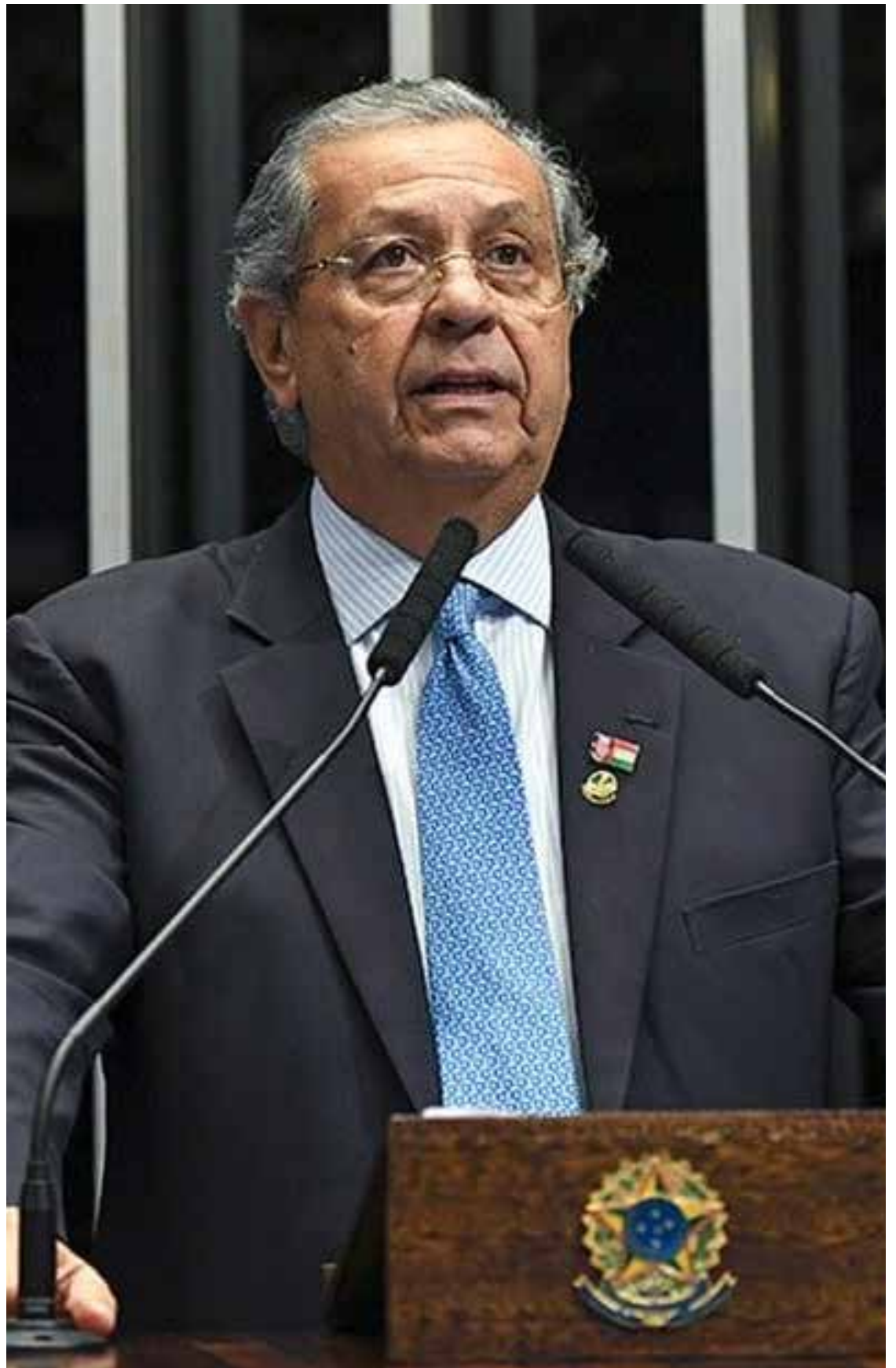
Até o momento, não há manifestação pública de qualquer pessoa sobre as afirmações feitas pelo pré-candidato ao governo.

Trajetória do senador Jayme Campos em Mato Grosso

Jayme Veríssimo de Campos é um dos principais nomes da política de Mato Grosso, com atuação em cargos públicos há mais de quatro décadas. Iniciou sua carreira política em Várzea Grande, município onde foi prefeito e consolidou sua liderança regional. Posteriormente, foi eleito governador de Mato Grosso (1991–1994), período em que priorizou investimentos em infraestrutura, saúde, educação e segurança pública.

Após o governo estadual, exerceu mandato como senador da República entre 2007 e 2015. Em 2022, voltou a ser eleito senador por Mato Grosso, retomando sua atuação no Congresso Nacional. Ao longo de sua trajetória, também participou de importantes comissões permanentes e temporárias do Senado, defendendo pautas ligadas ao desenvolvimento regional, agronegócio, infraestrutura, saúde, educação e fortalecimento dos municípios. Filiado ao União Brasil, Jayme Campos é reconhecido por sua influência política no estado e por manter diálogo com diferentes setores da sociedade. Sua atuação parlamentar inclui a destinação de recursos para obras, aquisição de equipamentos, custeio da saúde e apoio a projetos de desenvolvimento em dezenas de municípios mato-grossenses.

Ao longo de sua carreira, participou de debates sobre reformas nacionais, questões fiscais e políticas públicas voltadas ao crescimento econômico e à geração de empregos. Com ampla experiência administrativa e legislativa, Jayme Campos permanece como uma das principais lideranças políticas de Mato Grosso, exercendo papel de destaque nas discussões sobre o desenvolvimento do estado e na articulação de investimentos federais para a população mato-grossense.



Senador Jayme Campos

INSTITUTO SUSPEITO

CONTRATO COM INSTITUTO LAVADEIRA DE VÁRZEA GRANDE

Um contrato com um Instituto para atendimento de consultas, no valor de quase 2 milhões de reais foi denunciado na redação do Portal Brasil Notícia e Popular MT1 que esta cheio de cambalacho.

O Instituto Lavadeira situa-se em Várzea Grande, que tem como a presidente uma mulher de sobrenome Veloso com atividades em vários setores como: Administração Hospitalar, Área de tecnologia, Agência de Publicidade e vários outros inscritos da Receita Federal.

A denúncia foi referente a um contrato com um município próximo de Cuiabá no valor de quase 2 Milhões de reais para a prestação de serviços de atendimento médico para atender ao Programa FILA ZERO do Governo do Estado de MT.

O que chamou a atenção da denúncia feita na redação do Brasil Notícia e Popular MT1, foi quando a reportagem entrou em contato com a presidente à 3 meses atrás e a mesma atendeu a ligação, ligação esta gravada.

A presidente se manifestou desanimada com o contrato de prestação de serviço com o município, segundo ela revelou à reportagem, a mesma estava pensando em abandonar o contrato pois estava tendo muito problema na contratação de mão de obra, á mesma disse, “não compensa, é desgastante, você não encontra pessoa profissional capacitada para ser contratada no atendimento relevante ao contrato”.

A reportagem sentiu que a presidente reclamou muito sobre o Instituto e sobre a administração do município.

Impressionante, que a reportagem do Brasil Notícia e Popular MT1, descobriu que a presidente tem um padrinho político poderoso no estado de Mato Grosso e que o mesmo esta lavando dinheiro através deste instituto.

A reportagem foi mais além e procurou novamente a presidente do Instituto representado por um repórter que ao indagar a presidente sobre os milhões destinados em 2025 e 2026 despejados no Instituto através do seu padrinho, o mesmo foi assombrado por dois seguranças tipo “guarda-roupa”.

Dante disso, a redação entrou em contato com a Secretária de Saúde do município. A mesma atendeu e deu as suas explicações dizendo que

“estava contente com o trabalho do Instituto”. Quando o repórter questionou sobre o montante de quase 4 mil atendimentos para o ano de 2025, a secretária informou que o município não tem todos estes habitantes a serem consultados e que a objeção do contrato tem que ter tantos mil atendimentos para que seja concluído.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO			
O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de atendimento médico especializado, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde – SUS, visando atender ao Programa Fila Zero do Governo do Estado de Mato Grosso, através de emenda parlamentar com Termo de Compromisso N° 236/2025, com foco no atendimento descentralizado nas comunidades rurais do município, incluindo o fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários para a execução dos serviços.			
CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR			
O valor total do presente contrato será de R\$ 1.718.235,00 (um milhão e setecentos mil reais), composto conforme o quadro abaixo:			
ESPECIALIDADE MÉDICA	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Pediatria	1000	R\$ 196,00	R\$ 196.000,00
Ortopedia	1000	R\$ 179,65	R\$ 179.650,00
Ginecologia	1000	R\$ 185,83	R\$ 185.830,00
Cardiologia	1000	R\$ 190,50	R\$ 190.500,00
Psiquiatria	1000	R\$ 198,80	R\$ 198.800,00
Cirurgia Geral	1000	R\$ 174,75	R\$ 174.750,00
Oftalmologia	1000	R\$ 163,20	R\$ 163.200,00
Urologia	1000	R\$ 160,00	R\$ 160.000,00
Neurologia	450	R\$ 269,90	R\$ 116.955,00
Oncologia	450	R\$ 339,00	R\$ 152.550,00
TOTAL: R\$ 1.718.235,00			
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO Av. Coronel Botelho, 458 – Centro, Nossa Sra. do Livramento – MT, 78700-000			
https://nossasenhora.dolivramento.filedocs.com.br/admin/inbox/folder/53/flux/32344			

A reportagem questiona com a secretária mais uma vez como é fiscalizado o contrato e se o número de médicos é o suficiente para atender 1.700 consultas principalmente nas comunidades rurais no município incluindo o fornecimento de todos os equipamentos e materiais necessários para

a execução do serviço e a mesma não soube dar uma explicação.

Quando perguntamos á secretária sobre o atendimento relacionado ao contrato que tem o número de 1.000 consulta de Pediatria, ela revelou que não existe nem mil crianças no município.

Perguntamos se no vencimento do contrato o Instituto faria a devolução do dinheiro a mais recebido, e ela explica que somente que o pagamento é feito conforme apresentação de nota fiscal da contratação dos profissionais.

Com a palavra, à Polícia Federal e o Ministério Público.

ELEIÇÕES 2026

Exclusiva: Pedro Taques anuncia retorno à política, aceita convite para disputar o Senado e faz críticas à atual gestão estadual

Em entrevista ao Portal Popular MT1 e Brasil Notícias, ex-governador afirma que pretende voltar à vida pública, defende fiscalização dos recursos públicos e apresenta propostas para o Congresso Nacional

Da Redação | Popular MT1 e Brasil Notícias

O ex-governador e ex-senador Pedro Taques confirmou, em entrevista exclusiva ao Portal Popular MT1 e Brasil Notícias, que pretende disputar novamente um cargo eletivo nas eleições de 2026. Segundo ele, o retorno à política ocorre diante do atual cenário nacional e da necessidade de fortalecimento das instituições democráticas. Durante a entrevista, Taques afirmou que recebeu convite do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, para disputar uma vaga ao Senado Federal. Segundo o ex-governador, a possibilidade representa uma nova etapa em sua trajetória política.

Ao relembrar sua carreira pública, Pedro Taques destacou sua atuação como procurador da República, ressaltando o trabalho desenvolvido no combate à corrupção e na defesa do cumprimento das leis.

O ex-governador também mencionou sua passagem pelo Senado Federal e sua eleição ao Governo de Mato Grosso, afirmando que sua

trajetória foi construída com foco na gestão pública, responsabilidade administrativa e fiscalização dos recursos públicos.

Sobre sua administração estadual, Taques afirmou que assumiu o governo em um período de dificuldades econômicas e financeiras, marcado por uma crise nacional que atingia diversos estados brasileiros.

Segundo ele, foi necessário adotar medidas de reorganização administrativa e equilíbrio das contas públicas para recuperar a capacidade de investimento do Estado.

Durante a entrevista, o ex-governador afirmou que deixou o cargo sem responder a processos relacionados a atos de improbidade administrativa e destacou esse ponto como uma das marcas de sua gestão.

Ao avaliar a atual administração estadual, Pedro Taques fez críticas ao governador Mauro Mendes e afirmou que algumas decisões adotadas pelo governo precisam ser analisadas pelos órgãos de controle.

Sobre o chamado caso Oi, Taques declarou que apresentou representação à Procuradoria-Geral da República, acompanhada de documentos que, segundo ele, fundamentariam pedidos de investigação.

O ex-governador afirmou que os fatos devem ser avaliados pelas autoridades competentes, respeitando os procedimentos legais.

Ele também citou o chamado caso Banco Master e informou que encaminhou representação ao Tribunal de Contas do Estado para análise dos atos relacionados ao tema.

Durante a entrevista, Pedro Taques defendeu que denúncias envolvendo recursos públicos sejam apuradas com independência, garantindo o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Ao falar sobre servidores públicos, afirmou que existem relatos de possíveis prejuízos envolvendo trabalhadores estaduais e defendeu a atuação dos órgãos fiscalizadores para esclarecimento dos fatos.



Na área política, Taques afirmou que pretende disputar o Senado defendendo pautas como responsabilidade fiscal, transparência, segurança pública e melhoria dos serviços oferecidos à população.

Questionado sobre a destinação de emendas parlamentares da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o ex-governador afirmou que apresentou questionamentos ao Ministério Público Estadual e defendeu maior fiscalização por parte dos parlamentares.

Sobre possíveis mudanças no Supremo Tribunal Federal, Pedro Taques declarou defender idade mínima maior para ministros, mandato para inte-

grantes da Corte e restrições às decisões individuais, com maior valorização das decisões colegiadas.

O ex-governador afirmou ainda que o eleitor deve analisar o histórico dos candidatos antes de escolher seus representantes nas próximas eleições.

Ao comentar uma possível candidatura de Otaviano Pivetta ao Governo do Estado, Taques afirmou que o vice-governador deve exercer seu papel institucional e fez críticas à influência política da atual gestão.

Para encerrar, Pedro Taques afirmou que pretende colocar novamente sua experiência

como procurador da República, senador e governador à disposição da população de Mato Grosso.

Observação jornalística: As declarações apresentadas nesta reportagem correspondem às afirmações feitas por Pedro Taques durante entrevista concedida ao Portal Popular MT1 e Brasil Notícias. Eventuais citações relacionadas a denúncias, representações ou investigações referem-se às declarações do entrevistado e devem ser analisadas pelos órgãos competentes.

Os citados possuem direito ao contraditório e à ampla defesa, conforme previsto na legislação brasileira.

CONTRATO SUSPEITO

Contrato de quase R\$ 12 milhões suspeito e denunciado na redação de

Documento revela contratação milionária com a Associação Santa Madre Paulina para a

A contratação realizada pela Prefeitura de Poconé para a gestão e operacionalização dos serviços de saúde da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 Horas Jaime Veríssimo de Campos Junior, o “Jaiminho”, passou a ser alvo de questionamentos após denúncias encaminhadas à imprensa.

Conforme documentos obtidos pela reportagem, o município celebrou contrato com a Associação Santa Madre Paulina, inscrita no CNPJ nº 31.827.187/0001-25, para prestação de serviços de gerenciamento da unidade de saúde.

O processo de contratação ocorreu por meio do Termo de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 03/2025, no valor de R\$ 11.964.667,68 (onze milhões, novecentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos), assinado em 28 de março de 2025, durante a gestão do prefeito Jonas Eduardo de Queiroz Moraes.

A denúncia recebida pela reportagem levanta questionamentos sobre a estrutura da entidade contratada. Uma equipe de jornalistas realizou diligência no endereço informado como sede da Associação Santa Madre Paulina e encontrou no local um escritório de contabilidade.

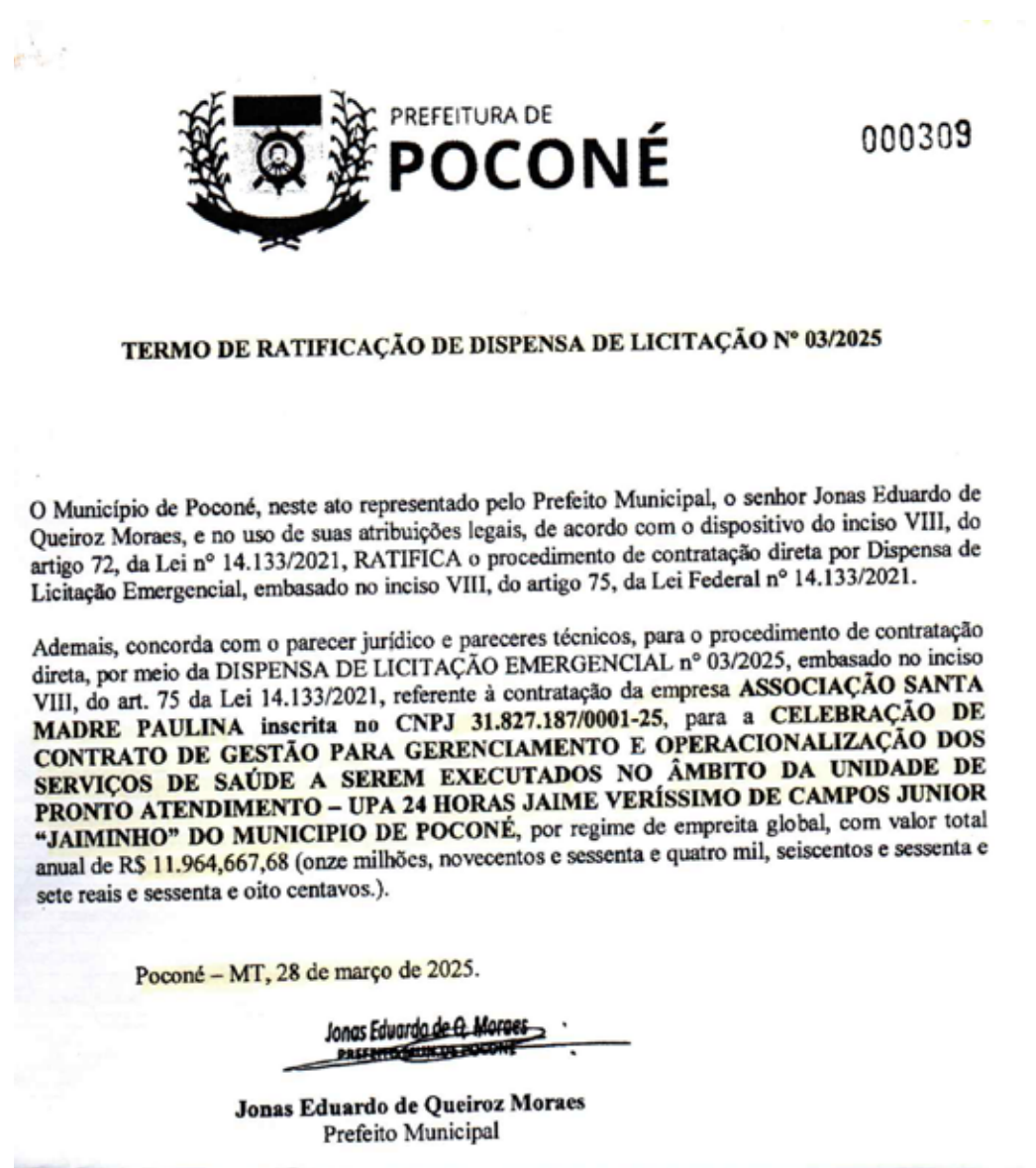


TO EM POCONÉ

para gestão da UPA de Poconé é

o Portal Brasil Notícia e Popular MT1

Administrar a UPA 24 Horas de Poconé, município com pouco mais de 30 mil habitantes.



Segundo relato da profissional que atendeu a reportagem, o espaço pertence a um escritório contábil e ela apenas presta serviços para o presidente da Associação, o médico, doutor Marcelo Diesel.

A reportagem procurou o Prefeito Jonas Moraes na

Prefeitura de Poconé e o responsável pela Associação Santa Madre Paulina, para esclarecer a contratação e a execução dos serviços mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.

A equipe de reportagem continuará apurando as informações relacionadas a outros contratos firmados

com a mesma associação. Os questionamentos serão encaminhados aos órgãos de fiscalização, incluindo o Ministério Público.

A Prefeitura de Poconé e a Associação Santa Madre Paulina permanecem com espaço aberto para esclarecer o contrato firmado para a gestão da UPA 24 Horas.

CONCESSÃO DE RODOVIAS

Max Russi critica proposta de pedágio entre Livramento e Poconé e cobra revisão do projeto

Presidente da Assembleia afirma que eventual cobrança prejudicaria pequenos produtores, moradores e o turismo na região do Pantanal

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), deputado estadual Max Russi (Podemos), manifestou-se contra a possibilidade de instalação de uma praça de pedágio no trecho entre os municípios de Nossa Senhora do Livramento e Poconé. Durante uma sessão plenária, o parlamentar afirmou que a proposta poderá gerar impactos negativos para moradores, agricultores familiares e para a atividade turística da região pantaneira.

Segundo Max, a cobrança não se justifica diante das características econômicas da região, formada principalmente por pequenos produtores rurais e empreendimentos ligados ao turismo. O deputado afirmou que a implantação do pedágio representaria um custo adicional para quem depende diariamente da rodovia.

“Entre Livramento e Poconé predominam pequenos agricultores e uma região fortemente ligada ao Pantanal e ao turismo. Não vejo sentido na instalação desse pedágio, que acabará penalizando a população sem trazer benefícios proporcionais”, declarou.

O parlamentar revelou ainda que recebeu manifestações de preocupação por parte de lideranças municipais, entre elas o prefeito de Nossa Senhora do Livramento, Dr. Thiago (União), que, segundo ele, teme os impactos econômicos da medida para o município.



A proposta do Governo de Mato Grosso prevê a concessão à iniciativa privada de aproximadamente 124,8 quilômetros das rodovias MT-060 e MT-451, incluídas no Lote F da segunda etapa do Programa de Concessões Rodoviárias 2023-2026. Com a concessão, seria possível a futura implantação de cobrança de pedágio nos trechos administrados pela concessionária.

Max Russi afirmou que a Assembleia Legislativa deverá acompanhar o tema e defender os interesses das comunidades afetadas. Na avaliação do presidente da Casa, investimentos em infraestrutura são importantes, mas não podem resultar em custos que comprometam a atividade dos pequenos produtores rurais nem dificultem o desenvolvimento econômico da região.

Além de Nossa Senhora do Livramento e Poconé, a eventual implantação do pedágio também poderá impactar moradores e produtores das comunidades de Cangas, Chumbo, Campina de Pedra e Figueira, que utilizam diariamente a rodovia para deslocamento e escoamento da produção. Após a repercussão negativa da proposta e as manifestações de parlamentares

e lideranças locais, o deputado Diego Guimarães (Republicanos) informou que o Governo do Estado deverá suspender temporariamente o andamento do projeto. A administração estadual também cancelou a audiência pública virtual que estava marcada para o dia 21 de julho, quando seriam debatidos os detalhes da concessão e a possibilidade de implantação da cobrança de pedágio.

CASO EXTRACONJUGAL

STJ mantém prisão de empresário acusado de mandar matar amigo em Sorriso

Defesa pedia liberdade com aplicação de medidas cautelares, mas ministro Luis Felipe Salomão entendeu que não há ilegalidade na prisão preventiva

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou o pedido de liberdade do empresário Gabriel Júnior Tacca, investigado por supostamente encomendar o assassinato do amigo Ivan Michel Bonotto, de 35 anos, em Sorriso. A decisão foi proferida pelo ministro Luis Felipe Salomão, que manteve a prisão preventiva por não identificar ilegalidade evidente na medida.

Gabriel está preso desde setembro de 2025, quando foi alvo da Operação Inimigo Íntimo, deflagrada pela Polícia Civil. Conforme a denúncia apresentada pelo Ministério Público de Mato Grosso (MPMT), o crime teria sido motivado pela descoberta de um relacionamento extraconjugal entre a esposa do empresário, a médica Sabrina Iara de Mello, e a vítima.

De acordo com as investigações, imagens de câmeras de segurança teriam registrado Ivan Bonotto deixando a residência do casal após encontros com a médica. A acusação sustenta que, após tomar conhecimento da relação, Gabriel teria planejado o homicídio com a ajuda de Danilo Carlos Guimarães, apontado como o autor das facadas. No recurso apresentado ao STJ, a defesa argumentou que a prisão preventiva não possui fundamentação suficiente e solicitou a substituição da medida por alternativas, como o monitoramento por tornozeleira eletrônica. Ao analisar o pedido liminar, o ministro Luis Felipe Salomão concluiu que, em uma avaliação inicial, não havia elementos que demonstrassem ilegalidade manifesta na decisão que decretou a prisão. Com isso, indeferiu o pedido de soltura. O mérito do recurso ainda será analisado pela Corte.



ORÇAMENTO MUNICIPAL

Abilio diz que não tem pressa para reenviar LDO e ironiza falta de recesso na Câmara

Prefeito afirmou que projeto poderá ser encaminhado apenas em agosto e disse que rejeição mantém vereadores em atividade

REDAÇÃO

O prefeito de Cuiabá, Abilio Brunini (PL), afirmou que não pretende reenviar imediatamente à Câmara Municipal o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2027, rejeitado pelos vereadores na última semana. Segundo ele, como a legislação impede o recesso parlamentar enquanto a matéria não for aprovada, não há urgência para o envio de uma nova proposta.

Durante entrevista, o prefeito

disse ter tomado conhecimento recentemente da regra e afirmou que pretende encaminhar o texto apenas no início de agosto. Em tom de ironia, declarou que a situação fará com que os parlamentares permaneçam trabalhando durante o período em que normalmente estariam em recesso.

“Descobri que, sem a aprovação da LDO, os vereadores não entram em recesso. Então não temos pressa. Podemos esperar mais alguns dias antes de reen-

viar o projeto”, afirmou.

Abilio ainda brincou com a possibilidade de o mesmo cenário se repetir nos próximos anos. Segundo ele, caso os vereadores rejeitem novamente a proposta das próximas LDOs, a Câmara permaneceria em atividade por mais tempo.

O projeto da LDO para 2027 previa uma receita estimada de R\$ 5,07 bilhões, valor cerca de 3,1% superior ao orçamento projetado para 2026. A proposta estabelece as metas e

prioridades da administração municipal e serve de base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), responsável por definir as receitas e despesas do município.

Na votação realizada pela Câmara de Cuiabá, a matéria recebeu 12 votos favoráveis e oito contrários, mas não alcançou o número mínimo necessário para aprovação, sendo rejeitada. Com isso, o Executivo deverá elaborar um novo texto para apreciação dos vereadores.



DISPUTA AO GOVERNO

Pivetta afirma que está preparado para enfrentar ataques sobre denúncia de violência doméstica durante campanha

Governador diz que foi inocentado nas investigações conduzidas em Mato Grosso e Santa Catarina e avalia que adversários devem voltar a explorar o episódio na disputa eleitoral

O governador Otaviano Pivetta (Republicanos) afirmou que está preparado para responder a questionamentos relacionados à denúncia de violência doméstica registrada contra ele em 2021, caso o assunto volte a ser explorado por adversários durante a campanha eleitoral deste ano. Cotado para disputar a reeleição ao Governo de Mato Grosso, Pivetta disse que as investigações concluíram pela sua inocência e que trata o tema com tranquilidade.

Em conversa com a imprensa, o governador ressaltou que o caso foi analisado pelas autoridades competentes tanto em Santa Catarina quanto em Mato Grosso e afirmou que não vê motivo para evitar o debate durante o período eleitoral.

“Da Lei Maria da Penha, eu fui inocentado em Santa Catarina e fui inocentado aqui. Eu nunca me referi a esse assunto, com respeito e amor às crianças que participavam dessa vida conjugal que eu dediquei o melhor de mim. Então eu sou muito tranquilo para falar desse assunto em qualquer situação”, declarou.

O episódio mencionado pelo governador ocorreu em julho de 2021, quando sua ex-esposa, Viviane Cristina Kawamoto, registrou uma denúncia de agressão contra ele.

O suposto fato teria acontecido no apartamento onde o casal residia em Balneário Camboriú (SC) e ganhou repercussão nacional, levando à abertura de investigações.

Meses depois, em novembro daquele ano, o Ministério Público de Mato Grosso determinou o arquivamento do inquérito policial que apurava o caso. Pivetta também afirma que foi inocentado nos procedimentos conduzidos em Santa Catarina, argumento que utiliza para sustentar que o assunto já foi esclarecido pelas instâncias responsáveis.

Apesar disso, o governador acredita que o episódio poderá voltar ao centro do debate político durante a campanha eleitoral. Na avaliação dele, adversários deverão recorrer ao caso como estratégia de desgaste de sua imagem perante o eleitorado.

“Oportunismo há, covardia também há, e eu estou preparado para isso”, afirmou.

Mesmo prevendo que o tema seja utilizado durante a disputa, Pivetta disse que pretende responder aos questionamentos com serenidade e considera que a exposição faz parte da vida pública.

“Não é agradável, mas eu me proponho, eu quero ser um homem público. Tenho que ter condições de não me aborrecer com as conversas que vêm a meu respeito, seja lá de onde vierem”, concluiu.

O episódio volta ao debate em um momento de intensificação das articulações para as eleições de 2026, quando os principais grupos políticos do Estado iniciam a consolidação de candidaturas e a definição das estratégias que serão adotadas durante a campanha.



TCE - FISCALIZAÇÃO

TCE abre investigação sobre possíveis irregularidades em contrato de duplicação da BR-163

Tribunal vai analisar denúncia de falhas no projeto básico da obra, que, segundo empresa responsável pela execução, teriam provocado aumento superior a R\$ 68 milhões nos custos

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) instaurou procedimento para apurar supostas irregularidades na execução do contrato de duplicação da BR-163 conduzido pela Concessionária Rota do Oeste S.A. A decisão foi assinada pelo conselheiro Guilherme Antonio Maluf e publicada nesta segunda-feira (20), após o recebimento de uma Representação de Natureza Externa protocolada pela empresa Agrimat Engenharia e Empreendimentos Ltda.

A denúncia foi apresentada pela Agrimat, integrante do Consórcio Rodovia dos Imigrantes, responsável pela execução das obras. Conforme a empresa, o projeto básico fornecido pela concessionária continha divergências em relação às condições encontradas no local da obra, o que teria provocado um aumento de custos estimado em mais de R\$ 68 milhões.

Segundo a representação, o projeto previa o reaproveitamento de materiais em quantidade superior à existente no trecho, obrigando a construtora a buscar insumos em jazidas externas e ampliar as distâncias de transporte. A empresa sustenta que essas alterações impactaram diretamente os custos da obra e comprometeram o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Em sua manifestação ao Tribunal, a Concessionária Rota do Oeste argumentou que o caso não deveria ser analisado pelo TCE-MT por envolver uma discussão de natureza contratual e patrimonial.



A empresa afirmou que o contrato prevê cláusula de arbitragem, estabelecendo que eventuais conflitos sejam solucionados pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC), e não pelos órgãos de controle.

Ao analisar o caso, o conselheiro Guilherme Maluf rejeitou essa tese. Na decisão, ele destacou que a concessionária é controlada pela MT Parti-

cipações e Projetos S.A. (MT Par), sociedade de economia mista vinculada ao Governo de Mato Grosso, o que a submete à fiscalização do Tribunal de Contas por integrar a administração pública indireta.

O relator ressaltou ainda que a análise da Corte não tem como objetivo decidir sobre eventual indenização ou direito patrimonial da empresa executora,

mas verificar se houve falhas na condução administrativa do contrato, especialmente quanto à qualidade dos estudos técnicos que embasaram a licitação, à análise do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e à correta aplicação dos recursos públicos envolvidos.

Diante dos elementos apresentados, Maluf entendeu ha-

ver indícios suficientes para o prosseguimento da apuração e determinou o envio do processo à Secretaria de Controle

Externo de Obras e Infraestrutura do TCE-MT, que ficará responsável pela instrução processual e pela elaboração da análise técnica sobre as supostas irregularidades apontadas no contrato da duplicação da BR-163.

INVESTIGAÇÃO ESPECIAL

Série especial vai comparar valores de emendas parlamentares em Mato Grosso e outros estados

Reportagem do Brasil Notícias e Popular MT fará um levantamento com base em documentos oficiais, portais da transparência e registros públicos para analisar a distribuição e a execução das emendas parlamentares.

A equipe de reportagem do Brasil Notícias e do Popular MT iniciou uma investigação jornalística para comparar os valores destinados por meio de emendas parlamentares em Mato Grosso com os adotados em outros estados brasileiros. O levantamento utiliza exclusivamente documentos oficiais, dados dos portais da transparência e registros públicos.

Entre os pontos que serão analisados está a diferença entre os valores destinados aos parlamentares em diferentes unidades da federação. Conforme informações que estão sendo conferidas pela equipe, estados como Rondônia, Acre, Amapá e Mato Grosso do Sul apresentam modelos distintos de distribuição de emendas parlamentares. Todos os números serão confirmados antes da publicação da série especial.

Durante a apuração, a reportagem também analisa os registros públicos referentes às emendas destinadas por deputados estaduais de Mato Grosso. Entre os parlamentares cujos dados estão sendo examinados está o deputado Eliseu Nascimento, cujos registros públicos indicam um volume significativo de emendas empenhadas. A reportagem verificará a

destinação dos recursos, os beneficiários, a execução das ações e os resultados apresentados.



O trabalho jornalístico não parte da premissa de existência de irregularidades.

O objetivo é conferir se os recursos públicos foram destinados e executados conforme a legisla-

ção, identificar eventuais divergências nos registros públicos e apresentar informações de interesse da sociedade.

A série também mostrará, de forma detalhada, quanto cada deputado estadual

destinou em emendas, para quais municípios, entidades e instituições os recursos foram encaminhados e qual foi a aplicação do dinheiro público, sempre assegurando espaço para manifestação dos parlamentares e órgãos envolvidos.

O Brasil Notícias e o Popular MT reafirmam seu compromisso com um jornalismo investigativo, ético e responsável, baseado em documentos, transparência, direito ao contraditório e rigor na apuração dos fatos.